RETRATOS DA ESCOLA

EDITORIAL

Pluralizar saberes, fortalecer pedagogias negras: *educação em movimento rumo a 2026*

Com este número da revista *Retratos da Escola*, vinculada à Escola de Formação – ESFORCE da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, concluímos o significativo ano de 2025 ressaltando duas conquistas. Em primeiro lugar temos a satisfação de apresentar a nossos leitores e nossas leitoras mais uma importante temática no que diz respeito ao trabalho educativo que desenvolvemos, especialmente nas nossas escolas da Educação Básica: o dossiê *Afrorreferenciar a Educação: negros currículos, negras didáticas, negros cotidianos*. Organizado pelas professoras Patricia Baroni, Iris Verena Oliveira e pelo professor Allan Carvalho Rodrigues, o dossiê engloba dez artigos seminais para que possamos avaliar, de forma crítica e ao mesmo tempo propositiva, o que denominam de "pluralização das matrizes epistêmicas que alimentam a pesquisa educacional" no país. Entendemos que *afrorreferenciar* a Educação Básica significa contemplar efetivamente a categoria racial que é predominante no nosso país e que necessita, portanto, de um espaço mais efetivo na produção acadêmica em educação. Este dossiê terá uma continuidade no próximo número da *Retratos da Escola*, o que nos dá uma ideia da sua importância e amplitude, "seja pela vida de nossas crianças, seja pelo direito de ensinar e aprender sobre nós mesmos, seja pelo AXÉ, que não se deixa intimidar por armas" (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2025).

Por outro lado, neste final de ano não podemos deixar de festejar a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei Complementar 235/2019, que institui, finalmente, o Sistema Nacional de Educação – SNE, que agora segue para a sanção presidencial. É um desafio mais do que oportuno para um país com as dimensões continentais do Brasil, que terá a possibilidade de estabelecer uma estruturação efetivamente nacional para garantir um padrão mínimo de qualidade na formação de todos/as os/as estudantes. Entre outras inovações, essa Lei prevê a adoção do Custo Aluno-Qualidade – CAQ, com a função de corrigir desigualdades no financiamento da educação pública do país.

Segundo o nosso grande estudioso Carlos Roberto Jamil Cury (2025), o projeto aprovado no Senado resguarda o sentido de um Sistema Nacional de Educação e também do Plano Nacional de Educação – PNE, o que deve significar o direito à educação de todos/

as e o dever do Estado. Porém, Cury alerta para o fato de que, ao lado dos avanços, fortes questões se colocam para sua efetiva implementação: o SNE,

> deve se pautar pela diversidade com unidade, de modo a evitar tanto a descontinuidade e a dispersão, quanto a uniformidade. O SNE representa uma oportunidade de, finalmente, instituir, de fato, uma política de Estado que se traduza em um Plano Nacional de Educação que seja viável, factível, de recorte democrático e que, com capacidade política e financeira, possa garantir o direito à educação com ampla coordenação e alta colaboração, ao contrário do que vige hoje (CURY, 2005, p. 21).

Ainda segundo o autor, da mesma forma como tem ocorrido com os Planos Nacionais de Educação, a histórica descontinuidade das políticas e ações do parlamento e da sociedade faz com que haja grande dispersão de esforços, o que dificulta a viabilidade de determinados projetos, mesmo havendo um potencial positivo do poder Executivo federal, que é o implementador básico do Sistema Nacional articulado ao Plano Nacional. Tal implementação se efetiva, também, em um respaldo no poder Legislativo e na sociedade civil. O SNE, o PNE e suas possibilidades de atuação exigem capacidade política para não comprometer o processo em sua efetivação. Uma maior democratização da educação depende, portanto, e muito, da capacidade política. Hoje temos um Congresso conservador e uma sociedade civil dividida, em grande medida sufocada por conteúdos falsos e carregados de ódio, difundidos inclusive por segmentos da mídia religiosa de perfil fundamentalista (CURY, 2025).

Esse sentido se aproxima também das considerações de Dermeval Saviani sobre as possibilidades postas para um SNE: "Assim, um sistema implica tanto a unidade e a multiplicidade em vista de uma finalidade comum quanto o modo como se procura articular tais elementos" (SAVIANI, 1999, p. 121). Desejamos vida longa ao SNE que está sendo projetado.

Nessa direção, esta edição se abre com uma entrevista que aprofunda os debates sobre o Ensino Médio brasileiro, seus legados na última década e os desafios que se colocam para o próximo Plano Nacional de Educação. A interlocução traz elementos fundamentais para compreender o cenário atual e as disputas em torno da formação integral das juventudes. A entrevista foi conduzida por Rafael Nunes Braga e Natali Maria Serafim, e tem como convidada a professora Monica Ribeiro da Silva, pesquisadora reconhecida nacionalmente no campo das políticas educacionais.

Após o dossiê, temos as habituais seções *Espaço Aberto* e *Relatos de Experiência*. Em *Espaço Aberto* há uma diversidade de estudos que exploram, sob distintos enfoques teóricos e metodológicos, temas estruturantes da educação brasileira, como políticas públicas, trabalho docente e práticas escolares. Iniciamos com três textos que examinam o avanço de pautas conservadoras no cenário educacional brasileiro, suas raízes históricas e repercussões concretas. *Conservadorismo na educação brasileira: os vinte anos do movimento Escola 'Sem Partido' e os motivos para 'descomemorar'*, de Robson Machado e Régis Henrique dos Reis Silva, investiga o percurso político-ideológico do movimento Escola Sem Partido, suas conexões com setores

conservadores e ultraliberais e seu impacto na agenda educacional recente, destacando os tensionamentos em torno da liberdade de ensinar e aprender.

Na sequência, *Conservadorismo na educação: análise a partir da orientação à dominância social e ao autoritarismo*, de João Gabriel Modesto, Luiza Maria Aristides Santos, Gabriela de Miranda Ribeiro e Elimar de Paiva Siqueira, aprofunda o debate ao analisar, com base em dados empíricos, como indicadores de autoritarismo e dominância social se expressam entre estudantes, contribuindo para compreender o crescimento de posturas conservadoras no ambiente educacional. Finalizando esse bloco temático, o artigo *Trabalho docente e conservadorismo: impactos e resistência em sala de aul*a, de Rúbia Taís Johan, Gabriel Schenkmann Arnt e Luís Armando Gandin, apresenta como professores/as vivenciam essas tensões no cotidiano escolar e quais estratégias de resistência têm sido acionadas, reafirmando o papel da docência como prática intelectual crítica.

Em *Condições de trabalho na ótica do magistério público: um estudo a partir da teoria fundamentada*, Marcus Quintanilha da Silva, Daniele Pereira Meira Cordeiro, Maria Clara Lima de Araújo e Ariel Feldman analisam, a partir de uma ampla pesquisa qualitativa, como docentes descrevem as precariedades de suas condições de trabalho, da intensificação laboral aos efeitos do neoliberalismo nas políticas educacionais. O debate sobre modelos de gestão, financiamento e privatização assume centralidade no próximo artigo. O texto *Discursos sobre financiamento da Educação Infantil brasileira na Revista de Financiamento da Educação*, de Relva Lopes Chaves Soares e Sandra Márcia Campos Pereira, apresenta uma revisão sistemática que evidencia o predomínio de discursos que defendem o financiamento público da Educação Infantil como condição para a garantia do direito à educação com qualidade social.

Em *Militarização e privatização em Goiás: o papel da Associação de Pais e Mestres nas escolas estaduais*, Ana Paula Borges Chagas, Miriam Fábia Alves e Renata Ramos da Silva Carvalho analisam criticamente a atuação das Associações de Pais e Mestres nos Colégios Estaduais da Polícia Militar, revelando seu papel como mediadoras da privatização e das desigualdades no interior das escolas militarizadas. A edição segue com artigos que tratam de temas curriculares e didáticos, voltados à formação científica, ambiental e leitora. Em *Revisão sistemática da literatura: ensino sobre a polinização por abelhas nos anos iniciais do Ensino Fundamental*, Ane Caroline Freire e Rodrigo de Souza Poletto discutem a escassez de estudos e materiais voltados ao ensino da polinização nos anos iniciais, apontando a necessidade de ampliar pesquisas e abordagens didáticas para essa etapa. O artigo *Leitura e divulgação científica na escola: formação docente voltada a fomentar hábito de ler e debater sobre Ciências nas aulas*, de Fernanda Albuquerque, Felipe Renzzo e Vinícius Catão, analisa como livros de divulgação científica podem fortalecer a aprendizagem e o interesse dos/das estudantes, defendendo uma formação docente que integre leitura, ciência e práticas pedagógicas significativas.

Encerramos a seção com uma contribuição que amplia o olhar para a construção histórica e a representação da diversidade nos materiais escolares: *Entre História e silêncio: a surdez de D. João VI e sua ausência nas narrativas educacionais*. Neste texto, Alessandra Furtado de Oliveira,

Jacqueline de Faria Barros Ramos, Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa e Ruth Maria Mariani Braz problematizam o apagamento de pessoas com deficiência na historiografia e nos livros didáticos, tomando a surdez de D. João VI como caso emblemático.

A seção *Relatos de Experiência* desta edição reúne práticas e reflexões que evidenciam o papel da escola como espaço de construção histórica, crítica e formativa, em diálogo com as tensões contemporâneas que atravessam o ensino de História e a formação docente. Organizados de maneira a criar um percurso de leitura que vai da abordagem de temas sensíveis à análise da práxis e da formação docente, os textos apresentados propõem reflexões fundamentadas e experiências pedagógicas que iluminam desafios e possibilidades do trabalho educativo.

Abrimos com *Experiências pedagógicas e temas sensíveis: ditadura civil-militar brasileira na sala de aula*, de Luiz Paulo da Silva Soares e Antonio Jorge Ferreira Severino, que apresenta duas práticas pedagógicas desenvolvidas em diferentes regiões do país e voltadas ao ensino sobre a ditadura civil-militar. O relato destaca o uso de filmes, a leitura crítica dos espaços urbanos e a centralidade do debate histórico para a formação da consciência crítica, especialmente no contexto dos 60 anos do golpe de 1964. Em continuidade à temática do ensino de História e dos desafios políticos do tempo presente, o texto *Ensino de História e sentido: construindo uma aula sobre autoritarismo para estudantes da Educação de Jovens e Adultos*, de Gustavo Romero, traz uma experiência de estágio na EJA que privilegia a pedagogia crítica e o protagonismo discente. Ao propor uma aula centrada no conceito de autoritarismo, o autor evidencia como recursos visuais, mediações dialógicas e referências às vivências dos/das estudantes fortalecem a compreensão histórica e estimulam um exercício ativo de cidadania.

Análise da práxis e da formação docente: falas de educadores/as de uma Escola Estadual em Votorantim-SP, de Paula Rodrigues de Oliveira Santos e Antonio Fernando Gouvêa da Silva, desloca o foco para os desafios da formação de professores/as e das contradições presentes entre a proposta curricular oficial e as concepções docentes. A partir de entrevistas e da Análise Crítica do Discurso, o texto revela tensões que atravessam a implementação do Currículo Paulista e problematiza os limites e possibilidades de uma prática emancipatória inspirada na pedagogia freireana.

Tomados em conjunto, os relatos reafirmam a potência das práticas pedagógicas que se orientam pela crítica, pela escuta e pela reflexão sobre a realidade, seja ao enfrentar temas historicamente silenciados, seja ao reconhecer a centralidade da formação docente na construção de uma educação comprometida com a transformação social.

Nesta edição, a seção de *Resenhas* traz uma análise crítica e aprofundada da influência do neoliberalismo sobre a educação, por meio de duas contribuições essenciais. O primeiro texto, intitulado *Educação democrática e os desafios do século XXI*, de autoria de Félix Elias Quintus, resenha a obra *Educação democrática: a revolução escolar iminente*, de Christian Laval e Francis Vergne, destacando a necessidade de uma ruptura estrutural no sistema escolar para torná-lo efetivamente democrático e romper com a matriz industrialista e a lógica do capital humano. Complementarmente, a segunda resenha, intitulada

Christian Laval e o desvelamento da mercadorização da educação operada pelo neoliberalismo, de Júlia Siqueira da Rocha, Kamylla Raulino da Silva Kremer, Igor dos Santos Andrade e Cristiano Mezzaroba, concentra-se na obra *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*, de Christian Laval, desvendando a intensa mercadorização da educação, seus efeitos segregadores, como a desvalorização docente e a desintelectualização dos processos de aprendizagem, e reiterando a vocação emancipadora da escola. Juntas, as resenhas oferecem um panorama robusto dos desafios impostos pelo neoliberalismo e apontam caminhos para a defesa de uma educação como direito inalienável e bem público essencial à vida democrática.

Como encerramento deste editorial, desejamos que o próximo ano seja marcado por mais justiça social, por uma educação verdadeiramente libertadora e por políticas que assegurem condições dignas de ensino e aprendizagem em todas as escolas do país. Agradecemos profundamente às leitoras e aos leitores que acompanham a revista e a utilizam como referência em suas pesquisas, práticas e formações; às autoras e aos autores que confiaram seus trabalhos a esta edição; às equipes de organização de dossiês; e, de modo especial, às pareceristas e aos pareceristas, cuja colaboração qualificada e comprometida é essencial para a solidez científica deste periódico. Todas as pessoas que contribuíram com avaliações estão registradas na lista de pareceristas *ad hoc* de 2025, a quem deixamos nosso reconhecimento público. Que venha 2026 com muita luta, resistência e compromisso com uma educação pública crítica, democrática e de qualidade para todas e todos.

Boa leitura!

Leda Scheibe
Editora
Jéssica Duarte de Souza
Editora Técnica

Referências

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Sistema Nacional de Educação*: um desafio em andamento em face das condicionalidades para a educação pública a partir das redes políticas e ideológicas instauradas no âmbito da sociedade política e civil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 11, p. 1-28, 2025.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Manifesto pela vida, pelo saber e contra a tirania do racismo*. Brasília, 18 nov. 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1P-9XdfNlc9GrzmAdQEcFmTFhY5mOa5OA/view>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. *Educação e Sociedade*, ano XX, n. 69, p. 119-136, dez/1999.